

ALGUNS ASPECTOS DA LÍNGUA JAPONESA MODERNA — A LÍNGUA ENQUANTO ELEMENTO REVELADOR DA SUA REALIDADE

Lídia Masumi Fukasawa

A proposta deste trabalho recai, na realidade, não num relato exaustivo e abrangente que estude todas as estruturas da língua japonesa, a ponto de permitir indicar o seu ou os seus recortes da realidade, mas, antes, num rápido levantamento de alguns poucos exemplos tirados ao acaso, cujos resultados se mostram insuficientes, imbuídos de caráter meramente pragmático. Não se trata, absolutamente, de um trabalho que vise atingir um modelo teórico que permita configurar a realidade do japonês, vista pelo filtro da língua. Além disso, acreditamos que qualquer afirmação nesse sentido tende a perder o rigor de sua veracidade visto que todas as coisas se encontram em constante transformação — e a língua é um elemento vivo.

Gostaríamos, pois, de tocar em alguns poucos aspectos da língua que possam vir a determinar a maneira segundo a qual o japonês apreende ou expressa a sua realidade concreta e objetiva, isto é, a maneira segunda a qual ele “recorta a sua realidade”

Costumamos entender por “realidade”, a matéria-prima do intelecto (fornecedor dos dados colhidos pelos sentidos), constituído “de ‘dados butos’ a serem transformados em palavras para serem apreendidos e compreendidos”¹. Nesse sentido, o conjunto das palavras forma o cosmos da língua que, naturalmente, varia de língua para língua. Se acreditarmos que essas palavras observam uma ordem mais ou menos rígida, segundo regras, que varia de língua para língua, podemos admitir a existência de vários cosmos regidos por leis diversas (língua = código).

É evidente, entretanto, que não cabe só à língua ou ao discurso,

a representação desse cosmos. Ele depende de vários outros sistemas ou códigos não-verbais (de todos os códigos que lhe servem de apoio e que são substitutos e auxiliares da língua articulada), porque o significado de cada signo só se torna compreensível dentro do conjunto do sistema visto como um todo. A “realidade” não pode ser estudada à luz de uma única perspectiva. A investigação das línguas significa, em parte, a investigação de suas realidades. Dissemos “em parte” porque não é a única investigação possível da realidade. Entretanto, é a mais imediata.

Por outro lado, não queremos propor, com a palavra “realidade”, o conceito de “Realidade Absoluta” porque, se ela existe, não é totalmente articulável nem pelo sistema da língua, nem por outros sistemas de significação: “o eu é inefável”.² “A verdade absoluta, essa correspondência entre a língua e ‘algo’ que ela significa é tão inarticulável quanto esse ‘algo’”.³

A noção de “realidade” a que gostaríamos de nos referir aqui é a da correspondência entre frases e pensamentos, o resultado das regras da língua, o conhecimento enquanto função das categorias de uma língua e restrita a essa língua.

Segundo essa perspectiva, “a sociedade se torna a base da realidade e a língua, a sua essência (da realidade) e não o seu instrumento”⁴ Daí a existência da multiplicidade de línguas — fato que revela a relatividade das “categorias do conhecimento” “Há tantos sistemas categoriais, e, portanto, tantos tipos de conhecimento quantas línguas existem ou podem existir”.⁵

Para cada língua, a realidade “parece ser” diferente. É esta a razão que faz da tradução um aniquilamento. Cada língua possui uma individualidade, um clima específico da realidade. A tradução é, a rigor, impossível. O que se faz, na realidade, no momento da tradução de uma língua para outra é “adaptar” todo um sistema de conhecimento a outro ou um código a outro. Ela é possível aproximadamente, graças às semelhanças existentes entre as línguas.

Gostaríamos, pois, de nos referir, aqui, aos problemas que surgem das idiossincrasias próprias da língua japonesa, por acreditarmos que o conhecimento só é válido no campo de uma única língua.

Em qualquer análise contrastiva entre a Língua Japonesa e a Portuguesa, vamos obter, então, duas realidades distintas, com valores diferentes. Querer distinguir na Língua Japonesa a noção de sujeito, predicado, etc. da Língua Portuguesa, seria falsificar o seu significado. Nos exemplos abaixo

(A) João tem dinheiro. e

(B) *Jonsanwa okanega aru.*

/“Quanto ao Senhor João, (ele) tem dinheiro”/6

vamos deparar com duas estruturas diferentes, portanto, com duas realidades diferentes. Se no primeiro exemplo, “João” é o sujeito da oração, e “dinheiro” o seu objeto direto, no segundo exemplo, “*Jonsanwa*” é o tema da oração e “*okanega*” é que se torna o “sujeito” da oração. Embora ambos retratem um único pensamento, isto é, o fato concreto de que “João possui dinheiro”, no caso do exemplo (B), a maneira de apreender esse fato concreto difere do (A). Para o japonês, a idéia seria: “quanto ao Senhor João (no caso do Senhor João), o dinheiro existe” Além disso, o sufixo de polidez “*san*”, que, normalmente, é dispensável em Língua Portuguesa, torna-se elemento indispensável em Língua Japonesa.

Se as regras da língua constituem a estrutura da realidade, ao analisarmos os exemplos acima, encontramos-nos diante de duas realidades diferentes. Traduzir “*Jonsanawa okanega aru*” por “João tem dinheiro” significa enquadrarmos o Japonês de acordo com as regras de nossa língua. O que se tem são dois sistemas diferentes, regidos por leis diferentes.

Vejamos um outro exemplo bem simples: o caso dos substantivos. No Português, as palavras chamadas “substantivos” vêm classificadas de acordo com algo denominado “gênero”. O Português nos obriga a pensar e a perceber o mundo das coisas como estando dividido em duas categorias: coisas masculinas e coisas femininas. O Japonês, não. A realidade que ele expressa não divide o mundo segundo essa dicotomia. A divisão dos substantivos em sexos é um dos pontos que distingue a língua flexional (Português) da língua aglutinante (Japonês).

Vamos propor, ainda, a comparação das seguintes estruturas:

(C) “uma mão, duas mãos, quatro mãos, cinco mãos”

Em Português, podemos agrupar essas quatro estruturas em dois diferentes grupos:

1) singular x plural

2) as duas primeiras têm sexo x as demais não

A língua japonesa não prevê essas divisões. O que se obtém através dessa comparação é que “contar até cinco” é um processo radicalmente diferente no Japonês e no Português.

Um outro aspecto que distingue a língua portuguesa da japonesa é o problema da apreensão do tempo: a noção de tempo existe em todas as línguas flexionais, mas, no caso do Japonês, ela tem um caráter accidental, não essencial. Vejamos:

(D) *irei* = futuro porque contém o sufixo *ei*

(E) *iku* = não é futuro porque não contém em sua forma nenhum elemento substancial que indique o tempo futuro. A noção de “antes” ou “depois” só pode ser sugerida por força do contexto em que se encontra inserido. Na Língua Japonesa a diferença entre presente e futuro não é claramente estabelecida por “*iku*” simplesmente; não lhe podemos atribuir a noção de futuro enquanto “categoria gramatical”

O “tempo” é uma consequência da estrutura da língua. A língua japonesa, pois, não possui o tempo considerado gramatical e verbal. Para ela, o tempo é uma categoria abstrata, não exprimível em categorias formais.

Aspecto curioso, também, é a noção de “causalidade” Embora as estruturas que indicam causa em Português (“porque chove”, “por causa da chuva”, “devido à chuva”, “graças à chuva”, etc.) encontrem equivalentes aproximados em Japonês (“*amega furunode*” “*amega furukara*”, “*ameno tameni*” “*ameno okagede*”, etc.), existe uma que não pode ser encontrada em português — é o caso do conectivo (*setsuzokujoshi*) “*te*” Traduzi-lo dando-lhe um sentido explícito de “causa” seria atribuir-lhe uma construção contrária ao espírito da Língua Japonesa. A construção frasal com “*te*” não indica, em Japonês, o conceito “causa” que temos em Português. A relação de significado inter-oracional expressa por “*te*” não é claro no exemplo

(F) “*amega futte derarenakatta*”
/Chovia, não pude sair./

Podemos interpretá-la como sendo “por causa da chuva” só que estaríamos repassando-a segundo o crivo e a realidade da nossa língua. As orações ligadas com “*te*” indicam simplesmente uma superposição de fatos, ou melhor, uma mera ligação de fatos, destituída da intenção de exprimir noção de causalidade. Podemos dizer, então, que a noção de “causalidade” é, também, a exemplo do tempo verbal, ou-

tra daquelas categorias que existem apenas em determinadas línguas, não consistindo categoria da razão pura.

Com esses exemplos, queremos mostrar que “a cada estrutura de cada língua corresponde um cosmos significativo diferente. Cada língua é um mundo diferente, cada língua é um mundo inteiro, e diferente de toda outra língua”.⁷ Seguindo a mesma linha de raciocínio, podemos lembrar, ainda, a afirmação de Buyssens segundo o qual “para falar bem uma língua estrangeira, devemos pensar nessa língua”.⁸ Para compreender bem a realidade que uma dada língua exprime, devemos compreender, na totalidade, o funcionamento de suas estruturas.

Um outro fator que nos chama a atenção na Língua Japonesa é a existência de um número grande de onomatopéias. Por que nos deparamos, freqüentemente, com dificuldades em traduzir essas onomatopéias? Porque a realidade da língua portuguesa não prevê tanta variedade em exprimir as palavras denominadas “*giseigo*” (onomatopéia primária) e “*gitaigo*” (onomatopéia secundária).⁹

Dissemos anteriormente que a sociedade é a base da realidade. Nesse sentido, para o estudo da realidade do japonês, não podemos, jamais, ignorar a própria estrutura da sociedade japonesa. Enquanto sociedade hierárquica, onde a consciência de “superior” (mais graduado na hierarquia social) e “inferior” (menos graduado na hierarquia social) encontra-se sempre presente na conduta e na língua do japonês, surge, como primeiro plano de preocupações, o problema da “permissividade” e “não-permissividade” social ligado à cultura e à própria língua japonesa. Para a apreensão do significado dos exemplos

(G) “*Osewani nerimashita*”
/Obrigado pela ajuda./

(H) “*Yoroshiku onegaishimasu*”
/Por favor, faça esse grande favor para mim./

é necessário o conhecimento da cultura e das leis que regem as relações sociais dos japoneses. O sentido contido em (G), isto é, o sentido de que “fico em dívida pela sua gentil ajuda” ou o sentido de (H) — um mixto de pedido de um favor com agradecimento antecipado, só se torna claro se conhecermos bem as noções de “*meiwaku*” (incomodar os outros), “*giri*” (dever obrigação), “*orei*” (agradecimento), etc. próprias da cultura japonesa.

Se não nos conscientizarmos devidamente da estruturação social, em linha francamente vertical, da sociedade japonesa ou das relações “maneira de falar em casa” x “maneira de falar fora de casa”, “eu” x “interlocutor de maior ou menor intimidade” (“*uchigo*” x “*yosogo*”). etc., não poderemos jamais apreender devidamente o significado de suas conversações. A linguagem de tratamento (respeito, modéstia e polidez) desempenha, nesse sentido, papel fundamental na demonstração dessas relações. Os termos

- (1) “*okāsan*” (mãe dos outros); “*haha*” (mãe do emissor); “*mama*” (quando a criança se dirige à sua própria mãe); “*ofukuro*” (o emissor da mensagem, do sexo masculino, referindo-se à sua mãe),

requerem cada um deles um uso específico, cuja especificidade se torna fator indispensável para a configuração do cosmos estabelecido pela língua japonesa.

No momento da apreensão da significação, não podemos ignorar a carga de polidez ou não-polidez que encerram, por exemplo, as estruturas:

“iu” /falar/ (sem nenhuma carga de respeito)	x	“ossharu” /falar/ (com sentido de respeito)		
“iru” /estar/ (sem nenhuma carga de respeito ou modéstia)	x	“oru” /estar/ (com sentido de modéstia	x	“irassharu” /estar/ (com sentido de respeito)
“yaru” /dar/ (dar para uma pessoa de graduação igual ou inferior à minha)	x	“ageru” /dar/ (dar para uma pessoa mais graduada do que eu; sentido de respeito)		
“morau” /ganhar/ (ganhar de uma pessoa do meu nível de graduação ou de um nível mais baixo)	x	“itadaku” /ganhar/ (ganhar de uma pessoa mais graduada que eu — sentido de modéstia)		

Verificamos que a distinção entre “*iu*” e “*ossharu*”, “*yaru*” e “*ageru*”, etc., só pode ser apreendida no âmbito da língua japonesa. O sentido exato que cada um dos termos encerra não pode ser passado para o Português. Diremos, pois, que esse tipo de recorte da realidade não faz parte do cosmos da nossa língua, ele é peculiar ao Japonês. O sentido de respeito contido em “*ossharu*” ou “*irassharu*” tem, em Português, “valor zero”

Quando analisamos a noção de “imperativo” da língua japonesa vamos esbarrar no problema da “permissividade” ou da “não-permissividade” social. Há uma pesquisa, realizada por *Higa Masanori*, na qual eram analisadas as expressões imperativas que surgiam num jornal japonês em contraste com as que surgiam num jornal inglês. O resultado de tal pesquisa mostrou que o Inglês utilizava 62% de termos como “compre”, “beba”, “venha” e apenas 38% de termos que não expressavam noção de imperativo. Por outro lado, mostrou que o Japonês utilizava

- 70% de palavras sem noção de imperativo
- 7% de “ *o shimashō*” (vamos fazer. .)
- 4% de “ *o dōzo*” (por favor, sugerimos. .)
- 3% de “ *o shimasenka*” (não gostaria de. .)
- apenas 2% de expressões imperativas “ *o seyo*” (faça. .) ¹⁰

Podemos dizer, então, que a noção de respeito é um fator fundamental para a compreensão da própria cultura japonesa. Podemos dizer também, por outro lado, que a rigidez de suas leis sociais é um fator marcante de sua cultura. Vamos verificar, portanto, a realização de um código social fechado, onde o fator social determina, na maioria das vezes, uma progressão padronizada de conversação:

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> — “<i>kyōwa atatakaku narimashitane</i>”
/Hoje está mais quentinho, não?/ — “<i>Okawari gazaimasenka</i>”
/Está tudo em ordem?/ — “<i>Senjitswa dōmo arigatōgozaimashita</i>”
/Muito obrigado, naquele dia./ | <p>(sempre alguma referência ao tempo)</p> <p>(alguma referência à saúde da pessoa)</p> <p>(“<i>kanshanokotoba</i>”
= palavras de agradecimento com relação a algum fato anterior ao encontro)</p> |
|--|--|

— “*Ojama shimashita*” ou “*Odaijini*”
/Desculpe ter incomodado/, /Estimo as melhoras/

Essa “progressão padronizada”, como denominamos, se faz sentir constantemente no dia-a-dia do japonês, dando vazão a uma “linguagem dos pressupostos” no sentido de que determinada situação de fala, embora não expressa em toda a extensão de sua intenção, requer respostas determinadas. Vejamos esta progressão:

(A) “*Kyōwa kibunga waruindesuga.*”
/Hoje, não estou me sentindo bem./

(B) “*Sōka. Kyōwa mō yasuminasai*”
/Então, descanse hoje./

O personagem (A) não ousa pedir dispensa do trabalho. A simples exteriorização, em palavras, do seu estado de saúde, pressupõe a resposta dada por (B).

Queremos crer que a compreensão plena das “restrições” sociais que a realidade do japonês impõe aos usuários de sua língua reside basicamente nas noções de “*yoso*” (os outros) x “*uchi*” (nós, da família) e de “*tateshakai*” (sociedade vertical). A tão decantada “ocidentalização” do Japão é um fator verdadeiro somente em alguns aspectos bastante específicos (industrialização, objetos, esportes e outros) do japonês. O estudo de sua língua revela-nos o homem japonês ainda radicalmente ligado às noções de “*yoso*” X “*uchi*” ou de “*meshitawa meshitarashiku, onnawa onnarashiku, kodomowa kodomorashiku hanasu*” /O subalterno deve falar como um subalterno, a mulher deve falar como uma mulher, a criança, como uma criança/.

Sem se ter conscientização plena dessa linguagem altamente codificada do Japonês, torna-se difícil a penetração na sua cultura e na sua realidade. Embora o conhecimento pleno do conjunto das noções codificadas de uma língua ou da sua rede de estereótipos constitua fator fundamental para a compreensão de qualquer realidade por ela retratada, no caso Japonês, essa necessidade se torna ainda mais premente, na medida em que o seu modo de comunicação se caracteriza pela não-explicitação de todos os dados e pela veiculação de mensagens através de símbolos. Nesse sentido, para o japonês, o conhecimento da “forma” (*katachi*) se faz requisito indispensável, sem o qual a transmissão dos conteúdos não se torna possível.

Queremos crer, pois, que o japonês busca, constantemente, o método de “*amari shaberanaide hitoni tsutaeru hōhō*” (comunicar aos outros, sem falar muito), razão pela qual, a significação dos conteú-

dos se encontra muito mais no nível profundo ou subjacente (nas entrelinhas) ao discurso do que propriamente no seu nível superficial e concreto. A busca da sua realidade reside muito mais na busca dos elementos implícitos, sugeridos pelo discurso.

NOTAS:

- (1) Vilem Flusser, *Língua e Realidade*, p. 30.
- (2) Eric Buyssens, *Semiologia e Comunicação Lingüística*, p. 92.
- (3) Vilem Flusser, *Língua e Realidade*, p. 30.
- (4) Idem, p. 36.
- (5) Idem, p. 39.
- (6) Colocaremos entre / . / a tradução literal das frases. Optamos, propositalmente, pela tradução literal para podermos apreender melhor a maneira de o Japonês apreender e configurar a sua realidade.
- (7) Vilem Flusser, *Língua e Realidade*, p. 138.
- (8) Eric Buyssens, *Semiologia e Comunicação Lingüística*, p. 84.
- (9) Stephen Ullmann, *Semântica – Uma Introdução à Ciência do Significado*, p. 174-175.
- (10) *Apud* Higa Masanori, “Futatsuno Gengo, Futatsuno Bunka”

BIBLIOGRAFIA:

1. BARNLUND, Dean C. — *Nihonjinno Hyōgenkōzō (Public and Private Self in Japan and the United States)*. Trad. Sen Nishiyama. Tóquio, Simul Press, 1973.
2. BUYSENS, Eric — *Semiologia e Comunicação Lingüística*. 2 ed. São Paulo, Cultrix, 1974.
3. FLUSSER, Vilem — *Língua e Realidade*. São Paulo, Herder, 1963.
4. GUIRAUD, Pierre — *A Semiologia*. Lisboa, Ed. Perseverança, 1973.
5. HAYAKAWA, S.I. — *Shikōto Kōdōniokeru Gengo (Language in Thought and Action)*. Trad. Ōkubo Tadatoshi. 2 ed., Tóquio, Iwanami, 1972.
6. HIGA, Masanori — “Futatsuno Gengo, Futatsuno Bunka” In: *Gengo*, vol. 5, Tóquio, Taishūkan, 1976.
7. HIGA, Masanori — “Nihongoto Nihonjin Shakai” In: *Nihongo 1 – Nihongoto Nihongogaku*. Tóquio, Iwanami, 1977, pp. 101-121.
8. KINDAICHI, Haruhiko — *Nihongo Dōshino Asupekuto*. Tóquio, Ed. Mu-guishobō, 1976.
9. KUNIHIRO, Tetsuya — *Kōzōteki Imiron (Structural Semantics – a Contrastive Study of English and Japanese)* Tóquio, Sanseidō, 1968.

10. MIZUSHIMA, Keiiti et alii – *Nihonjinno Shisōto Kōdō*. Tóquio, Kyōdō Shuppan, 1974.
11. SHIBATA, Takeshi – “Sekaino Nakano Nihongo” In: *Nihongo 1 – Nihongo Nihongogaku*. Tóquio, Iwanami, 1977. pp. 1-23.
12. ULLMANN, Stephen – *Semântica – Uma Introdução à Ciência do Significado*. 3 ed. Lisboa, Gulbenkian, 1964.